

COMISSÕES DE FÁBRICA: UM CLARO ENIGMA

Valdemar Santos Pedreira Filho¹

Dedico o meu trabalho aos operários paulistas — os verdadeiros artífices das lutas ora analisadas.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo avaliar as lutas operárias pelas comissões de fábrica em São Paulo, tomando como referência a análise da histórica oposição existente entre as ações de resistência no “chão de fábricas” e as múltiplas formas patronais e/ou político-sindicais de restrição, recuperação e assimilação dessas resistências. O estudo enfoca, em especial, o movimento dos metalúrgicos pelas suas comissões, entre 1981 e 1989, no ABC paulista, que será avaliado considerando-se as experiências similares ocorridas, respectivamente, em 1919, no imediato pós-Segunda Guerra — 1945/47 —, entre 1948 e 1953, após o golpe militar — isto é, de 1965 a 1968 — e, finalmente, no curso da segunda fase de transição desse regime, cujo início data de 1978.

Devido às especificidades que caracterizam as lutas por locais de trabalho, as comissões de fábrica são uma forma *horizontal* de organização ou de associação criadas pelos operários para representar os seus interesses imediatos ante a direção das empresas (Tragtenberg, 1991). Historicamente, esse tipo de associação antecedeu o surgimento dos sindicatos operários e dos partidos da classe (Sturmthal, 1971). Apesar das controvérsias ideológicas que ameaçam a possibilidade de autonomia dos

¹ Doutor em Sociologia Política pela PUC-SP, atualmente, Professor dos cursos de Graduação e de Mestrado em Ciências Sociais da UFRN.

conselhos, comitês ou comissões de fábrica com referência aos mecanismos convencionais de representação dos interesses operários — que compõem a estrutura e os processos político-institucionais do Estado na sociedade capitalista —, é da natureza desses organismos de base reagir contra as dificuldades inerentes às condições de trabalho e de vida, os baixos salários e as práticas empresariais de gestão e controle do processo de trabalho.

A predileção *tática e irregular* desse tipo de atuação nas fábricas, que se move, conforme as necessidades imediatas dos trabalhadores, tem mostrado que os alicerces fundamentais de uma liberdade possível dependem dessas formas autônomas de representação dos seus interesses. Isto implica que as comissões terminam deparando-se com obstáculos relativos à coexistência com o chamado *reino das mediações* que interferem nos desdobramentos das lutas operárias no espaço da produção (Berger, 1974). Esse tipo de organização aparece em condições históricas específicas e experimentam variadas possibilidades de afirmar um projeto de autonomia operária que ameaça as relações sociais do capitalismo (cf. Bruno, 1985).

É unânime a posição de que inexistente uma teoria geral das comissões ou conselhos de fábrica. Para que se possa entender as suas evidências e explicar o seu destino, é necessário estudar as experiências histórico-concretas nos momentos específicos das lutas operárias (Antunes e Nogueira, 1982). Ao pleitear novas formas de poder no plano das empresas, tais lutas visam remodelar as relações de produção e, por isso mesmo, devem ser entendidas no interior da própria dinâmica da acumulação capitalista (Bernardo, 1991).

2. Desenvolvimento

Entre os operários brasileiros, as comissões de fábrica não são uma novidade. Eles lutaram por esse tipo de associação por ocasião dos aguçados conflitos industriais, em que os sindicatos e/ou os chamados partidos de classe inexistiam e/ou em que a intermediação destes foram insuficientes, por interesse ou debilidade, para defender as demandas imediatas do operariado. Este pressuposto fundamenta a hipótese de base deste trabalho, que é a seguinte: *as comissões de fábrica constituem uma prática de luta e de organização*

historicamente reiterada pelas bases operárias no Brasil, ao longo dos confrontos industriais que marcaram a trajetória de formação da própria classe.

Assim, analisadas em relação à história de *longa duração* das lutas operárias, as ações que implicam na formação de grupos clandestinos, comitês, conselhos ou comissões de fábrica revelam — independentemente, do lugar ou época em que apareceram —, existir um traço subjetivo que é universal em todas essas experiências (Braudel, 1990); qual seja, o vestígio potencial de contrapoder que, no plano da produção, expressam as resistências do operariado contra o controle patronal das condições de produção e de trabalho e que, no plano da sociedade e do Estado, questionam as bases capitalistas de exploração de sua própria força de trabalho enquanto mercadoria.

Há, por outro lado, certas características que são específicas e particulares de cada uma de tais experiências que as diferenciam umas em relação às outras. Isto é, a forma como os atores políticos se articulam entre si e com o poder público, definindo estratégias diferenciadas no campo de forças em que coexistem com as lutas autônomas dos trabalhadores e, portanto, com suas organizações de base. Dessa forma, cada situação histórico-concreta ocorre nalgum momento do longo ciclo de mais-valia relativa — que marcam tanto a dinâmica do movimento operário quanto o ritmo da acumulação capitalista. O que implica que as ações *comissionárias* contracenarão com estratégias sempre renovadas de intermediação dos conflitos, seja por parte do patronato e/ou governo, assim como dos sindicatos e/ou partidos políticos de classe. É, justamente, sob a ótica da estratégia adotada por estes atores em cada conjuntura, que passaremos a analisar, de forma resumida, a história das comissões de fábrica, no caso brasileiro.

2.1. As comissões operárias na Primeira República

O aparecimento de comissões de fábrica não é um fato típico das fases mais recentes da história do operariado no Brasil. Durante a Primeira República, estes lutaram visando criar as organizações de resistência contra as arbitrariedades da ordem privada da gestão econômica (cf. Simão, 1966). Os estudos historiográficos, sociológicos e econômicos revelaram que este foi “um período estratégico

para a formação do Estado Brasileiro". Estes ressaltaram "a ampliação e especialização do aparato burocrático [...], o aumento da sua capacidade de extração de recursos da sociedade [...] e o processo de centralização de poder então ocorrido e sancionado pela reforma constitucional de 1926"(cf. Gomes, 1996:92). Para a autora, o fortalecimento desses mecanismos foi importante na medida em que os governos passaram à condição de árbitro dos conflitos interligárquicos e o Estado tomou-se "ator privilegiado antes que outros atores coletivos — empresariado e trabalhadores urbanos, por exemplo — tivessem organizado instrumentos de participação realmente competitivos, face aos interesses agrários".

Como o liberalismo econômico ditava as regras do mercado de trabalho, os conflitos coletivos entre patrões e empregados foram mantidos fora da esfera pública e, "neste caso, o empresariado demarcava sua área de liberdade privada, que precisava ser protegida do poder público. Essa área de liberdade era por ele designada como espaço da autoridade patronal na fábrica e cobria [...] as ações vinculadas ao contrato de trabalho (admissão e demissão) e à remuneração salarial (valor, condições, etc.). Em relação a estes aspectos específicos, a 'liberdade de trabalho' não poderia aceitar intromissões nem do movimento sindical (a prática do *closed-shop* é o melhor exemplo) nem do Estado"(Gomes, 1996:100). Desta forma, cabia ao Estado propiciar o desenvolvimento progressivo das condições gerais de produção, de trabalho e ainda, criar as formas de controle institucionais dos organismos sindicais nascentes e as leis repressivas aos seus militantes.

Mal o movimento sindical preparava-se para ampliar o seu nível de organização — uma das principais decisões do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em meados de abril de 1906 —, o governo regulamentou o direito de associação a todas as categorias profissionais, "similares ou conexas, inclusive liberais". O Decreto 1.637, de 5 de fevereiro de 1907, autorizava a criação de sindicatos livres da influência estatal, desde que estes registrassem "seus estatutos e [enviassem] a relação dos membros de sua diretoria para a repartição competente, bem como se [pautassem] pelos princípios de harmonia entre o capital e o trabalho" (cf. Vianna, 1978). Desta forma, o poder público institucionalizou os mecanismos heteronômicos de controle tanto da vida sindical quanto dos seus

militantes.² Por certo a medida não inibiu a disposição destes para lutar pela afirmação dos seus interesses econômicos e pela autonomia de suas organizações de resistência.

Embora considerável, o nível de organização alcançado pelos sindicalistas nesse período foi insuficiente para alterar a sua posição relativa no jogo de forças com o patronato e o Estado. Os confrontos grevistas e as manifestações de protestos empreendidas pelos sindicatos emergentes deparavam-se, inevitavelmente, com a Força Policial, que defendia a ordem pública, a propriedade industrial e o direito ao trabalho. Sob a suspeição de comprometer a segurança nacional, os sindicatos ficavam sujeitos a constantes invasões policiais, interdições e perseguições aos seus militantes. Na ausência de garantias constitucionais que assegurassem a palavra dos trabalhadores no plano das empresas, estes suportavam as sanções patronais e as formas de controle previstas nos seus regimentos internos. Ao passo que no plano político, cabia ao Estado fazer calar o ruído das suas vozes por intermédio da repressão (Rancière, 1996). Desta forma, fecha-se o cerco repressivo às organizações anarquistas em São Paulo, o que, certamente, contribuiu para acirrar as disputas entre as tendências libertárias do movimento operário-sindical, sobretudo entre 1908 e 1911, quando as influências anarcosindicalistas passaram à dianteira das mobilizações até o início dos anos vinte (cf. Fausto, 1983 e Pinheiro, 1977).

As primeiras experiências de comissões de fábrica desse período datam da greve de maio de 1919, em São Paulo. Uma vez que esta foi deflagrada “de maneira inesperada”, o Comitê intersindical criado para coordenar as manifestações do Dia do Trabalho a declarou espontânea. As “comissões de fábrica ou de oficinas”, que foram organizadas no calor dos acontecimentos, deveriam indicar o seu delegado para compor o “Conselho Geral dos Operários”, que conduziria o movimento grevista. Logo que os operários tomaram públicas as suas reivindicações e os motivos da greve, as incursões policiais foram iniciadas justamente contra os integrantes das

² A Lei Adolfo Gordo, que reprimia os operários estrangeiros, foi promulgada em 5 de janeiro de 1907 e reeditada, em 1913, pelo Congresso Nacional, o qual a regulamentou em 1912 (cf. Carone, 1975).

comissões de fábrica, impedindo que estes entregassem suas reivindicações aos empresários.³

A ordem era reprimir as reuniões, recrudescer a repressão às manifestações públicas e prender os operários que revelassem habilidades para dirigir o movimento. No sétimo dia da greve, o Conselho autodissolveu-se por falta de liberdade para se reunir e ponderar sobre os destinos das mobilizações. O acordo com os empresários têxteis foi obtido e, após ter sido cumprido pelas empresas do setor, foi acatado pelo patronato de outras empresas. O curioso é que a União dos Operários das Fábricas de Tecido (UOFT) paulista emergiu fortalecida e, até o fim desse ano, manteve-se em ascensão, negociando com a direção das maiores empresas têxteis o reconhecimento das comissões de fábrica. O padrão corporativista da UOFT terminou recuperando as comissões dos têxteis, com elas passou a controlar a vida sindical da categoria e de suas bases, reunindo-se para deliberar sobre a condição dos trabalhadores não-associados, estipulando-lhes prazos para adesão, sob pena de “serem tomadas medidas enérgicas contra estes companheiros”. Por outro lado, sabe-se que as “comissões de casas de trabalho”, das outras categorias envolvidas nos conflitos, foram dizimadas pela repressão policial (cf. Fausto, 1983:75).

Pode-se afirmar que, em todos esses casos, existia uma pequena organização informal clandestina no plano das fábricas — os grupos de fábrica, que resistiam silenciosa ou ativamente contra as más condições de trabalho, de remuneração e de vida. A despeito de ser importante, mas prescindível para o surgimento de comissões de fábrica, — na medida que o patronato também propõe esse tipo de organização por local de trabalho —, a presença desses grupos é fundamental para garantir uma atuação autônoma destas. No período pós-1964, como será visto, esses grupos seriam reconhecidos pelo papel estratégico que assumiram na manutenção sorrateira das lutas de resistência contra a ditadura nas fábricas. Nessa época, forjaram-se as duas principais bases do movimento operário-sindical que dariam origem ao Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979, e a

³ As reivindicações eram as seguintes: a jornada de oito horas de trabalho; repouso semanal ininterrupto de 36 horas; contra o trabalho de menores de 14 anos, assim como o trabalho noturno das mulheres; salário mínimo com base no atual custo de vida e pagamento semanal; salário igual para mulheres e homens; respeito às associações operários e à liberdade de pensamento, etc. (Cf. a *Plebe*, 10.05.1919, citado por Pinheiro & Hall, (1979:239).

Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP)⁴ e o “novo sindicalismo” em São Bernardo do Campo. Dessa articulação também surgiram as comissões de fábrica do final dos anos 70, em São Paulo, e da década de 80, no Grande ABC.

Além de dispor dos mecanismos internos de domínio da sua força de trabalho, os empresários contam com a legislação heteronômica de controle e repressão das associações sindicais e ainda com as forças policiais, que em caso de confrontos defendem a “ordem pública”, a propriedade privada e o direito ao trabalho. Assim, o poder público termina inter-relacionando-se com a soberania dos chefes de empresas. Na medida que aumenta o poder econômico do Estado, novos arranjos político-institucionais de gestão da força de trabalho vão sendo criados a partir das articulações interempresariais (associações de classe e/ou partidos políticos) com o governo, no sentido de viabilizar a economia de mercado e a inserção desta no ciclo sistêmico da acumulação capitalista (cf. Arrighi, 1996:24).

A situação socioeconômica objetiva que surge da inter-relação entre estruturas governamentais e empresariais pode ser entendida como o que João Bernardo chamou de Estado Restrito e Estado Amplo, senão vejamos: “Se definirmos o Estado como os mecanismos de poder das classes dominantes — e só esta perspectiva me parece ter interesse para o movimento operário —, não podemos limitá-los ao Estado Restrito [ou seja, o governo, as administrações dele imediatamente dependentes, os tribunais]. Temos de considerar como Estado todo o aparelho de poder efetivo do capitalismo. Os capitalistas não são apenas legisladores no governo ou no parlamento — e hoje já nem sequer é aí que o são fundamentalmente. Os capitalistas legislam no interior das fábricas — e fazem-no então praticamente sem limites [...]. No interior da empresa, o capitalista

⁴ Sobre a OSM-SP vide Faria, H.J. Barreto de (1986). O autor periodiza a história dessa frente de opositoristas em quatro momentos: 1964/68 – quando os grupos de trabalhadores se constituem visando às eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ao tempo em que situam nas fábricas a iniciativa de um movimento de Oposição Sindical; 1969/73 – momento de exílio nas fábricas, organização de pequenos grupos de resistência à exploração fabril; 1974/78 – expansão das resistências; intensificação dos trabalhos de base; articulações em interfábricas; aproximação com os bairros; e pós-1978 – que se estende até março de 1979, quando ocorre o seu 1º Congresso, a Oposição sai da condição semilegal e amplia a sua prática nos embates grevistas, impulsionando as Comissões de Fábrica, sua principal proposta e define linhas de ação para o movimento operário brasileiro.

legisla na exata medida em que organiza o processo de produção, em que impõe uma disciplina de trabalho. É nesse campo que vigora e se desenvolve o neocorporativismo, o Estado Amplo” (Bernardo, 1986:113-114).

Assim, parafraseando Bernardo, é contra o Estado Amplo — e em detrimento do Estado Restrito —, que as ações autônomas do movimento operário se orientam, no Brasil, durante a Primeira República. Observe-se que o setor industrial caminha a passos largos para disputar com os setores interoligárquicos melhores posições no plano político. Os trabalhadores urbanos, por seu turno, passam a refazer as suas agendas reivindicatórias e, aos poucos, deslocam o eixo das interlocuções das empresas para o Estado. Se até o fim da primeira década os confrontos foram orientados pela tática da ação direta e das lutas econômicas, no início dos anos vinte, os anarco-sindicalistas já não eram mais seguros quanto à eficácia destas. A idealização do Partido Comunista Libertário, a partir de 1919, é uma evidência desse deslocamento, que será consolidado com a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Assim, “o operariado toma consciência de que pode açambarcar o poder [...] As demonstrações desses anos representam a falência das idéias anarquistas e o sinal da necessidade de uma nova teoria político-partidária. A conscientização política torna-se geral, superando muito o âmbito sindical, sendo liderado pelos comunistas logo nos anos seguintes” (Carone, 1975:229).

Seguiu-se uma cerrada disputa pela hegemonia política no espaço sindical. Apesar da “resposta [do governo] ao nível jurídico-político à agitação social crescente”, até o final dos anos vinte, os comunistas superaram a influência anarco-sindicalista não apenas nesse plano (Pinheiro, 1977)⁵. As ações de convencimento dos comunistas foram efetivadas por meio do “recrutamento de novos membros e de sua organização em células por empresas [...] segundo o modelo soviético” (Pacheco, 1984:100). Esta foi, aliás, a tática de atuação do PCB durante o seu longo período de clandestinidade, o que se opõe, frontalmente, ao princípio de autonomia das formas de associação, até então preconizadas pelas tendências libertárias. Em

⁵ O decreto-lei 4.268 – a Lei Infame, base institucional de repressão às associações e aos sindicatos bem como às ações de resistência nas fábricas (1921); e a Lei Acelerada de repressão às “subversões” comunistas (1927) (cf. Pinheiro, 1977:26 e 33).

1927, no curto espaço em que viveu na legalidade, esse partido convocou as lideranças progressistas para uma aliança em torno do Bloco Operário Camponês — o BOC, que participou das eleições, em fevereiro daquele ano. Apesar das dificuldades da conjuntura, a influência comunista levou os sindicatos a admitir a interferência do Estado nas relações de trabalho.

Estes passaram a constituir “comitês pró-lei de férias, que solicitavam do governo federal a imediata aplicação da mencionada medida e punição de seus infratores” (Simão, 1966:85). Desta forma, os comunistas imprimiram um novo dinamismo ao movimento sindical, para se contrapor aos sindicatos de resistência das facções anarquistas, assim como ao padrão reformista dos sindicatos “amarelos” e das organizações beneficentes. Visaram eles, assim, criar as condições para a emergência da classe operária como força social dotada de expressão política. Ao apresentar suas reivindicações perante o Estado, os sindicatos, sob a influência comunista, estimularam a intervenção do poder político no campo econômico. Enquanto ator privilegiado, no campo de forças, o Estado, por outro lado, passa gradativamente a legislar sobre as esquecidas questões sociais, malgrado as resistências patronais.⁶ Neste sentido, é elucidativa a reflexão histórica “sobre o pragmatismo empresarial, na medida em que seu discurso e sua pauta de atuação se fundamentavam, ao mesmo tempo, nos clássicos princípios liberais e flexibilizavam-nos numa progressiva e seletiva aceitação do intervencionismo [estatal]” (cf. Gomes, 1996:99).

2.2. Das comissões de fábrica do pós-Segunda Guerra às “comissões de empresas” dos anos 50

Durante a década de 1930, principalmente ao longo do Estado Novo, o poder público impera fortemente enquanto “árbitro das disputas sociais” em todos os níveis. O arranjo político-institucional criado ilustra bem o nível de articulação entre a ordem industrial nascente e a política de gestão da força de trabalho. O conjunto de normas trabalhistas, que foi sendo institucionalizado, consolidou-se numa estrutura complexa entrelaçando os sindicatos, o sistema de

⁶ Por exemplo, “lei dos acidentes de trabalho (1919); de estabilidade no emprego; de pensão e aposentadoria aos ferroviários (1923); aos portuários (1926); regime de férias restrito aos comerciários (1925); regulamentação do trabalho de menores (1927)” (cf. Pinheiro, 1977:102).

previdência social e a Justiça do Trabalho. Cabia às instituições criadas por esta estrutura intervir no movimento operário-sindical por intermédio do agenciamento cooperativo e assistencial dos sindicatos, da legislação de "bem-estar" social — fruto da colaboração entre trabalhadores, empresários e governo —, e do disciplinamento das relações trabalhistas (cf. Almeida, 1975:50).

A necessidade de superar os sérios problemas da concorrência internacional era o motivo apontado pelo governo para justificar a intervenção do Estado no campo econômico. O empresariado, por sua vez, alertava para "o perigo dos excessos desta intervenção, que não podia transformar-se em 'estatismo absorvente' ou em 'socialização apressada'" (cf. Gomes, 1979:291-292). Mas, ao criar as bases da legalização do movimento sindical, o governo visava não apenas deter a influência comunista nesse campo, mas implementar o seu projeto corporativista de colaboração entreclasses, através do qual imprimiria no social o traço da legitimação do poder de estatal. A partir de 1935, uma violenta repressão abateu-se não só sobre o operariado, como também sobre os militantes comunistas, culminando com golpe de Estado em 1937. É nesse contexto que observou-se o declínio da influência anarquista e o crescente prestígio daqueles no movimento operário brasileiro. A essa altura, as disputas sindicais já não envolvem as referidas forças, mas os "ministerialistas", "amarelos", "pelegos" e ainda "o sindicalismo católico, francamente apoiado pelo patronato" (cf. Gomes, 1979:155). Apesar das dificuldades, "o caráter autônomo do movimento operário [persistiu por intermédio de] greves localizadas e das movimentações de maior vulto que ocorreram ainda no período do Estado Novo" (cf. Costa, 1995:34).

Durante a vigência desse regime ditatorial, Getúlio Vargas manteve-se no poder, ora contemplando os interesses industriais, ora editando a legislação social complementar, para obter o apoio do operariado ao seu projeto de industrialização do país (cf. Almeida, 1975:53). A partir de 1943, a conjuntura política nacional começa a se modificar. O ingresso do Brasil na II Guerra Mundial foi seguido por uma campanha de cunho nacionalista e por ações que reivindicavam a democratização do regime e a anistia aos presos políticos. Em fevereiro de 1945, Vargas modifica a constituição de 1937, declara o fim da censura à imprensa; estimula a formação de novos partidos; promete eleições livres; concede liberdade e anistia aos presos

políticos e legaliza o PCB. Aproveitando-se da inoperância dos sindicatos oficiais, o PCB, ainda na clandestinidade, liderou as articulações intersindicais para criar uma estrutura organizativa do novo movimento sindical — o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) —, cuja fundação foi oficializada no Rio de Janeiro, em 30 de abril desse mesmo ano. Esse movimento articulava os principais sindicatos do país para defender as propostas de autonomia sindical e de apoio ao governo Vargas, por intermédio de uma central sindical sob o seu controle (Costa, 1975:35).

Isso contribuiu para a revitalização do movimento sindical. O índice de sindicalização aumentou consideravelmente e as ações do MUT ampliaram a agenda de reivindicações dos trabalhadores, que agora exigiam liberdade e autonomia sindical, direito de greve, eleições livres em seus sindicatos, entre outras. No plano das fábricas, os conflitos intensificavam-se, progressivamente, malgrado os desdobramentos da política de União Nacional do PCB, que em termos sindicais desaconselhava o apoio às greves, a despeito da situação de escassez do operariado e da justeza de suas reivindicações. Mas a eclosão do movimento grevista era inelutável, como ficaria evidente desde maio de 1945, em São Paulo, quando as greves intercategoriais alastraram-se, mantiveram-se em ascensão, até março do ano seguinte, cujo declínio culmina em maio de 1947. É nesse período, que as comissões de fábricas dos têxteis, metalúrgicos, vidreiros e ferroviários, entre outros, decretaram as greves e pressionaram a direção dos seus sindicatos para que estes assumissem a defesa imediata de suas reivindicações econômicas ante ao patronato e o Estado.⁷

As entidades sindicais e o MUT tentavam, sem sucesso, impedir o alastramento do movimento grevista que nascia fora do seu controle. Os trabalhadores reclamavam contra as condições de trabalho, o despotismo fabril e reivindicavam aumentos salariais e abonos para minimizar as dificuldades econômicas. Evocando a lei, os sindicatos, por outro lado, arrogavam a si o monopólio de representantes legítimos dos interesses das categorias de trabalhadores. Enquanto que o MUT, defendendo o retorno ao trabalho, zelava pela unidade do operariado, à “ordem” e à “tranquilidade”, que lastreariam a

⁷ A pesquisa mais completa sobre as comissões de fábrica nessa conjuntura foi apresentada por Hélio Costa. *Em Busca da Memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scrita, 1995.

estratégia do PCB, capacitando-o para apoiar a campanha pela “Constituinte com Getúlio” — campanha esta, que foi iniciada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por sindicalistas petebistas e por setores do empresariado paulista. Com a queda de Vargas e a posse imediata do governo de transição, as perseguições aos comunistas foram retomadas. O Decreto 9.070, de março de 1946 — que proibia as greves —, demonstrou a intransigência do governo Dutra e do empresariado paulista com a velha questão social. “Esta postura acirrou-se, a partir de [maio de] 1947, com o aumento da repressão, culminando com as intervenções nos sindicatos, além da cassação do registro legal do PCB” (cf. Antunes & Nogueira, 1982:69).

Apesar das limitações legais à livre organização dos trabalhadores, esses organismos de base multiplicaram-se, a partir sobretudo de 1948. Diferente das evidências anteriores, que se circunscreveram aos momentos de greves, as comissões nos locais de trabalho transformaram-se em base das entidades civis, que passariam a substituir a estrutura do sindicalismo oficial, cujos organismos encontravam-se, em grande número, sob o controle das juntas interventoras. A partir de 1952, com o regresso dos comunistas aos sindicatos, as organizações por locais de trabalho seriam instrumentalizadas pelo Partido, enquanto “principal ponto de apoio para ocupação dos sindicatos, servindo também de instrumento de pressão sobre as diretorias sindicais pelegas. Neste sentido, os comunistas defendiam a criação dos conselhos sindicais nas empresas [...]” (cf. Costa, 1995:154; o grifo é nosso).

Entre 1952 e 1957, o movimento operário permanece em ascensão. A chamada “greve dos 300 mil” ocorrida em 1953 foi o laboratório em que o movimento sindical testou a sua articulação desde o plano das comissões sindicais em nível das empresas até as comissões de salários no plano dos sindicatos. Dessa estrutura, originaram-se os organismos intersindicais que formariam o Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Este mesmo pacto conclamaria a greve dos “400 mil operários”, em outubro de 1957, que significou o início da fase de inflexão do movimento sindical cupulista em São Paulo. O Pacto de Unidade de Ação (PUA) firmado entre os sindicatos do Rio de Janeiro, formaria, juntamente com o PUI, a base de sustentação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) durante futuro governo de João Goulart (cf. Munhos, 1978: 21-27).

2.3. Cobrasma — um símbolo da resistência operária durante o regime militar

Apesar das intensas articulações sindicais envolvendo o plano das fábricas, as organizações operárias por locais de trabalho pouco avançaram no sentido de avaliar as transformações no processo produtivo ocorridas desde 1956, quando novas tecnologias de produção foram implantadas, o que implicaria o remodelamento das condições de trabalho e o surgimento de uma nova agenda de conflitos trabalhistas (cf. Silva, 1985: 203-216). Da inadequação do sindicalismo cupulista para lidar com esses conflitos, por volta de 1962, surgiram os núcleos de operários por empresas para discutir estratégias de criar comissões internas por locais de trabalho.

É nesse clima que, em 1965, o grupo de fábrica dos operários da Cobrasma S.A. Indústria e Comércio negociou com a direção da empresa o reconhecimento de sua comissão de fábrica. Pode-se afirmar que esta foi a mais significativa experiência de organização por locais de trabalho vivenciada pelo operariado brasileiro, ao longo das fases mais recentes de sua história. Além de ter sido a primeira do gênero, cujas negociações envolveram patrões e empregados, a aprovação dos seus estatutos foi deliberada em assembléia dos trabalhadores da empresa. O acordo obtido pelos trabalhadores disciplinava a atuação dessa comissão, mas não impossibilitou que a mesma estratégia de lutas exercesse um impacto tão forte no plano sindical da categoria — de Osasco, município da Grande São Paulo —, culminando com a greve de 1968, que foi duramente reprimida pelas forças do regime.

Não obstante a falta de informações e a repressão generalizada, que vigorou durante o “milagre brasileiro”, as lutas clandestinas contra a ditadura nas fábricas, em São Paulo, espelharam-se nas experiências de Osasco e Contagem (MG). Os vestígios oposicionistas tinham em conta a necessidade de criar organizações autônomas por locais de trabalho, tendo em vista propor uma alternativa sindical ao sindicalismo corporativista e semear os germes de um movimento de oposição de base operária que, posteriormente, seria identificado por Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo — MOSM-SP. Esta força congregou setores oposicionistas de vários matizes e tendências políticas, cujos militantes atuavam em pequenos grupos de fábrica que foram sendo criados nas

empresas onde trabalhavam na região metropolitana da Capital paulista.

A partir das trocas de experiências, estes grupos acumularam conhecimentos sobre a estrutura interna das empresas, visando implementar ações contrárias ao ritmo de produção, à vigilância gerencial nas fábricas, às formas arbitrárias de remuneração, enfim, que quebrassem o isolamento entre os trabalhadores, criando formas de solidariedade entre estes, que terminariam desafiando o poder patronal. Dessa forma, os grupos de fábrica orquestraram “operações tartaruga” — diminuição do ritmo de trabalho —, reclamações individuais e sucessivas às chefias imediatas, recusa de fazer horas-extras, protestos contra descontos nos salários, abaixo-assinados, por melhores condições de trabalho, etc. Já no plano sindical, tais ações confrontavam-se com a direção situacionista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, nas ocasiões de assembléias categoriais, de campanhas salariais e de pleitos eleitorais.

Entre 1974 e 1978, o regime militar mostrava os seus primeiros sinais de desgaste. Nesse interregno, a grande imprensa e, posteriormente, alguns setores do empresariado, que até então mantinham a sua posição estratégica em relação à política econômica do governo, mudam de atitude, lançando a campanha contra a intervenção do Estado na economia. Aos poucos, a prometida distensão “lenta, gradual e segura” leva o governo a perceber que o ritmo de mobilização da sociedade podia escapar do seu controle. A vitória do MDB em novembro de 1974 e 1976 — a despeito do Decreto-Lei No 6.639 do governo Geisel, cuja edição ocorreu há quatro meses dessa eleição, a chamada Lei Falcão —, “adicionam ingredientes novos numa conjuntura de crise cujos episódios mais salientes seriam o Pacote de Abril, a Missão Portela, a exoneração do ministro da Guerra, Sílvio Frota, e o anúncio da revogação do AI-5, dentro de um prazo breve” (cf. Cruz, 1988:258; 1995). A partir de 1977, as oposições estabelecem alianças com a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras instituições de direitos civis em defesa do Estado de Direito e “nos anos subseqüentes, esse processo assumiria a forma de dois movimentos: os movimentos de base nas cidades e no campo e o movimento pelos direitos humanos, iniciado com a defesa dos presos políticos torturados no período da mais drástica repressão (cf. Alves, 1987:181).

Recorrendo à imagem concebida por Brant (1983:24-25) para evocar o processo em curso, a partir de então, pode-se dizer que a crise política vivenciada pela multiplicidade de atores pode ser assim explicada: "Ela surge com atraso diante do reconhecimento generalizado de que a sociedade reorganizou-se à margem das pautas previstas para enquadrá-la [...] Não se trata de abrir as comportas antes que [explodissem] pela pressão das águas. As represas tomavam-se vazias, enquanto riachos e enxurradas correm por fora dos leitos primitivos." E nesse caso, a correlação de forças era favorável às iniciativas autônomas dos trabalhadores.

2.4. Das comissões de fábrica dos metalúrgicos paulistanos às "comissões de empresas" dos seus colegas do ABC

Os impactos da recessão econômica já eram visíveis no primeiro semestre do ano de 1977. Nesse momento, as empresas montadoras intensificaram a orientação de corrigir os níveis de remuneração dos seus empregados de acordo com índices determinados pela política salarial do governo. Alegando encontrar-se em regime de "liberdade vigiada" — em observância às medidas antiinflacionárias da política econômica —, a Ford do Brasil S. A. propõe ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema a redução de turnos de trabalho para quatro dias por semana, com redução de 20% nos salários dos trabalhadores. Diante da negativa do Sindicato, a empresa reagiu demitindo 500 operários. Já em campanha para repor as perdas salariais de 34,1%, que resultaram da manipulação dos índices oficiais da inflação de 1973, os metalúrgicos do ABC reuniram-se em assembléia, em 19 de agosto de 1977, e criaram uma Comissão de Salário para conduzir as mobilizações.

Assim, o ano de 1978 se inicia sob o espectro das grandes mobilizações operárias no Brasil. Inicialmente, o recém-eleito presidente do referido sindicato do ABC, atendendo a um convite do senador Petrônio Portella, comparecera a Brasília para uma conversa sobre as reformas institucionais do regime. Ao deixar o Senado, o sindicalista foi enfático ao declarar aos repórteres: "A participação dos trabalhadores na política nacional é um movimento irreversível. Quem viver verá!". Estes reivindicavam "um sindicalismo novo, livre e autônomo". Além disso, eles criticavam o Artigo 553 da CLT, por atrelar os sindicatos ao Estado, o contrato coletivo de trabalho, por

assegurar a intervenção estatal no mundo do trabalho, insistiam na revogação da Lei 4.330, que impedia o exercício do direito de greve e, finalmente, acusavam o FGTS de provocar a rotatividade da mão-de-obra e o aviltamento dos salários.

O Sindicato decidiu não comparecer à assembléia do dissídio coletivo convocada pela DRT. Em fins de março, o TRT negou o pedido de 34 sindicatos e da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo de negociar o reajuste salarial da categoria diretamente com os patrões. Inconformados com a decisão do Tribunal, os sindicatos tentavam contatos com o patronato, mas era infrutífero. Nesse ínterim, ocorreram as primeiras paralisações na Mercedes Benz, na Ford e finalmente, em 12 de maio, uma sexta-feira, os operários do turno matutino da Saab-Scania bateram o ponto e paralisaram o trabalho. Na Capital paulista, por outro lado, o assunto das comissões de fábrica ocupava o centro das discussões no seio da OSM-SP. Havia um certo consenso quanto a necessidade de criá-las, no entanto, os desentendimentos intensificavam-se quando o assunto tocava no papel que estas assumiriam em relação à estrutura sindical. Enquanto uns defendiam as comissões de fábrica como o embrião de uma nova estrutura sindical, outros entendiam que estas eram uma instância da [velha] organização sindical. A partir de 1977, as dissensões entre os opositoristas aprofundaram-se, quando se explicitaram as discordâncias a respeito do índice da campanha salarial daquele ano, da centralização de uma coordenação e da definição de um programa comum de lutas. Este debate animou as reuniões setoriais e assembléias opositoristas que antecederam a campanha eleitoral do ano seguinte no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Os grupos de fábrica, que foram constituídos de poucos trabalhadores e que integravam o prisma das oposições, encarregar-se-iam de propor as estratégias de ação no nível das empresas, munindo os trabalhadores de informações e de mínima organização utilizável na iminência de haver paralisações. Coube aos trabalhadores da Toshiba do Brasil — empresa então situada na zona sul da cidade de São Paulo —, a deflagração do movimento, em 26 de maio de 1978, para reivindicar 21% de aumento salarial.

Logo nas primeiras horas, os grevistas formaram uma comissão para negociar com os representantes patronais as condições de retorno ao trabalho. Diante dos primeiros impasses, estes abandonaram a reunião. Os trabalhadores mantiveram as assembléias e deliberaram pela continuidade da paralisação. Em audiência convocada pela DRT, a pedido da empresa, a direção do Sindicato preferiu deixar a cargo da própria comissão a escolha da forma de negociação a ser adotada. Os operários optaram por manter a relação diretamente com os patrões. A exemplo do ocorrido nessa empresa, até a primeira quinzena de julho, as paralisações já haviam atingido a maioria das empresas de médio e grande porte nas zonas sul, leste e oeste da Cidade. Não obstante as dificuldades de toda ordem, as comissões de fábrica foram se fazendo na prática. Foi nas "greves por ocupação" ou "por dentro" que ocorreram as primeiras e mais importantes experiências de comissões de fábrica dessa conjuntura.

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo bem que tentou evitar o surto grevista, obtendo de algumas empresas antecipações salariais para os seus empregados. Mas era impossível conter a onda de paralisações. Apesar de advertidos pela Justiça do Trabalho, os grevistas mantinham a ocupação das fábricas. Nesse ritmo, ao patronato não restava outro recurso senão reconhecer, mesmo que temporariamente, as comissões de fábrica dos seus empregados. No caso da paralisação da Toshiba, os operários sustentaram a tática de permanecer parados junto às máquinas desligadas. Depois de sucessivas assembléias na empresa, os grevistas deliberaram formar uma comissão que passou a intermediar as negociações com a direção da empresa. Após ter obtido aumentos salariais escalonados para os trabalhadores, esta comissão tornou-se comissão de fábrica, recebeu garantias verbais de estabilidade para seus membros e ameaçou com outras paralisações, no caso de haver demissão de algum deles.

À medida que as experiências ocorriam, a direção das empresas passava a demitir os comissionários e a neutralizar o ímpeto organizativo dos trabalhadores. A própria atitude da direção do Sindicato paulistano vis-à-vis à OSM-SP contribuiu para o fracasso dessa leva de comissões de fábrica. Como ocorreu com os trabalhadores da Toshiba, em outras empresas, essas experiências

não foram diferentes.⁸ Talvez poucas dessas comissões registraram seus estatutos na Delegacia Regional do Trabalho. Apesar disso, após as greves, os demitidos mantiveram-se articulados em experiências autônomas de intercomissões de fábrica. É nesse particular, que as comissões metalúrgicas perseguiram representar um potencial de contrapoder tanto no interior das fábricas quanto em relação ao espaço sindical.

Assim como a comissão de fábrica da Cobrasma influenciou as experiências comissionárias dos metalúrgicos da grande São Paulo, estas, por seu turno, foram importantes para estimular as lutas dos seus colegas no ABC, durante a década de 1980, na medida em que este assunto permanecia fora do rol das exigências do novo sindicalismo sanbernardino. Este reivindicava os delegados sindicais, visto que aos trabalhadores, no plano das fábricas, cabiam “atender às convocações do sindicato, comparecer às suas assembléias e cumprir o que foi decidido”, não lhes cabendo, portanto, agir em iniciativa própria, criando comissões autônomas. A participação de alguns militantes da OSM-SP no III Congresso metalúrgico promovido pelo Sindicato de São Bernardo, em outubro de 1978, enriqueceu os debates, que apreciaram as comissões em relação à figura dos delegados sindicais. O evento terminou decidindo por um modelo híbrido de estrutura representativa, cujo formato incluía esses delegados. A plenária decidiu ainda fortalecer as lutas operárias pelas chamadas “comissões de empresas” e definiu as etapas indispensáveis para sua criação. Mas seria necessário esperar a década de 1980 para vê-las emergir, devido ao intenso movimento grevista vivido pelos metalúrgicos do ABC, entre 1978 e 1980.

Apesar do nível de organização alcançado pelos metalúrgicos, como ficou demonstrado nessas greves gerais, a reação do patronato e do Estado foi violenta durante os últimos confrontos. Sem diálogo, em 1979, os impasses levaram o Ministério do Trabalho a intervir, por 42 dias, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Em

⁸ Segundo estimativa do empresário Paulo Francini, “entre as 13.000 empresas paulistanas se formaram em torno de 200 comissões”, no período inaugurado com as greves do pós-78. Dentre as quais, podemos citar algumas: Hyster, Barbará, Caterpillar, Massey-Ferguson, Metal leve, Siemens, Philco Rádio e Televisão, Expression, Monark, etc. Ao que tudo indica, a única comissão de fábrica surgida dessa mesma leva que se manteve atuante até, pelo menos, fins de 1993 – época em que a nossa pesquisa foi concluída –, é a dos trabalhadores da MWM.

maio do ano seguinte, a intervenção oficial durou um ano e atingiu tanto este Sindicato quanto o da mesma categoria em Santo André, cujos dirigentes foram punidos com a perda dos respectivos cargos. Tais derrotas, somaram-se às dificuldades econômicas da conjuntura, que foi marcada pela recessão, elevação dos preços, achatamento dos salários e intensificação dos índices de desemprego (cf. Noronha, 1991:124).

Aproveitando-se das debilidades dos metalúrgicos — que se sujeitavam às perseguições, demissões de suas lideranças, repressão nas fábricas e indiciamento de diretores sindicais na Lei de Segurança Nacional —, os empresários da Mercedes-Benz e da Volkswagen do Brasil, em cumplicidade com o Ministério do Trabalho, voltaram a surpreender o movimento operário-sindical com mais uma tentativa de cindir as suas organizações. Em setembro de 1980, veio a público que esta empresa institucionalizaria a sua proposta de representação dos trabalhadores junto à direção da empresa — cujo modelo foi inspirado na experiência alemã, adaptado para as condições brasileiras. O presidente da Volks buscava contribuir para “o aparecimento de autênticas lideranças, capazes de negociar, evitando o confronto entre o capital e o trabalho e os prejuízos para o país” (cf. “O modelo Volks da ‘co-gestão’”, *Movimento*, 15 a 21/09/80, p. 11).

A reação dos operários foi imediata: a nova comissão de representantes recebeu apenas 41,3% dos votos do colégio eleitoral. Ao passo que o restante dos votos dividido entre branco, nulos, anulados e abstenções atingiram 58,7%.⁹ Por outro lado, a crise que se aprofundava na economia brasileira foi a justificativa encontrada pelo empresariado para iniciar as demissões. Nessa sucessão de fatos, esta empresa demitiu cerca de 13 mil empregados, sem contar as chamadas demissões voluntárias.

Na extensão desses conflitos, em julho de 1981, a Ford dispensou 450 operários. Em represália, os trabalhadores paralisaram as atividades, exigindo o retorno dos demitidos, a estabilidade no

⁹ Os votos anulados (20,7%) representaram o repúdio explícito dos operários contra o processo eleitoral imposto pela direção da empresa. Esta não divulgou oficialmente o número de votos dados a João Ferrador — símbolo das lutas operárias em São Bernardo do Campo. Se fosse uma pessoa real, este teria sido o representante dos empregados mais votados.

emprego para os 9.500 trabalhadores da empresa e o pagamento dos dias parados. Escolheram uma Pro-Comissão de Negociação e, na ausência de diálogo com a direção da empresa — que ameaçava os grevistas com processos judiciais —, transformaram esta em Comissão de Fábrica Provisória. Nesse ínterim, entre 6 de julho e 24 de novembro, as lutas que se seguiram mostraram que em situação aberta de conflito industrial, a direção do Sindicato agiu privilegiando o seu poder de barganha frente ao patronato (cf. Brito, 1983). Conforme essa lógica, o movimento pelas comissões de fábrica não poderia jamais colocar em causa as relações sociais do capitalismo. Desse modo — parafraseando João Bernardo —, as direções sindicais apóiam as lutas apenas seletivas, o que termina ensejando tensões vivenciais em relação aos movimentos autônomos da classe, como foi ilustrado pelas lutas operárias ocorridas na Ford.

A essa altura, como bem afirmou Maroni (1980:9), o espaço da fábrica é objeto de disputa de várias forças sociais. O vice-presidente da Fiesp defendia que as “comissões de representantes dos empregados” deveriam ser eleitas democraticamente, sem vínculo com os sindicatos, ou seja, “que os trabalhadores da empresa se representassem ou se [fizessem] representar através de um grupo que os [representassem] inclusive diante do Sindicato” (cf. Silva, 1986:72). Na ocasião, o presidente do Sindimaq afirmou que “os empresários devem assumir a liderança do processo — inevitável — de implantação de comissões de representantes, evitando-se ‘protelações perigosas’” (*Folha de São Paulo*, 24.09.1981). O governo, por outro lado, através do seu ministro do Trabalho, Murilo Macedo, em uma reunião entre representantes sindicais e patronais na FIESP, defendera “a criação de comissões de fábrica [...] com o objetivo de incrementar o diálogo entre patrões e empregados” (cf. *Folha de S. Paulo* de 20/8/82).

Também os sindicatos, ao seu modo, procuram formas de convivência com as lutas pelas comissões de fábrica. Em São Bernardo, por exemplo, as negociações sindicais que consumaram com o acordo coletivo que instituiu a comissão de fábrica dos operários da Ford, terminou sendo negociado sem nenhum membro da comissão provisória. E em São Paulo, nessa mesma época, “os sindicatos pelegos aliados às correntes reformistas vêm se esforçando também para controlar o movimento operário através da base [...] Centenas

de reuniões de fábrica foram feitas, para tirar, 'a dedo', os participantes das 'novas comissões de fábrica: os Décios Malho'. Os componentes dessas 'comissões', 'embora não reconhecidos de direito, se tornam atuantes de fato' — enfatiza Malvezzi, diretor do Sindicato [dos Metalúrgicos de São Paulo]. Não duvidamos, doravante terão todo o empenho em 'organizar as bases operárias' a partir das fábricas, condição mesma de sua sobrevivência política" (*Movimento*, 1 a 7/12/80, p.8).

A evolução das lutas pelas comissões de fábrica, entre 1982 e 1989, ocorreu em circunstâncias marcadas pela forte recessão econômica, escalada inflacionária e pelo aumento do desemprego que, entre 1981 e 1983, tocaram em cheio o nível de remuneração dos trabalhadores. Além de debilitar o poder de compra, a crise também ameaçava alguns direitos adquiridos no pós-1978, inclusive o mecanismo trimestral de reajuste dos salários. Das ações dos grupos de fábrica originaram as comissões provisórias que, apesar de não serem imediatamente reconhecidas, abria o campo para que a direção sindical iniciasse os contatos com a direção das empresas, no sentido de negociar os acordos coletivos que definiam os estatutos das comissões efetivas. A redução da jornada de trabalho, com redução dos salários, foi o grande pomo das discórdias entre patrões e empregados e o motivo principal do surgimento dessas comissões. Havia uma correlação de forças que era favorável às reivindicações dos trabalhadores.

Logo, as trocas de experiências entre os membros de comissões e de grupos de fábrica reforçavam a socialização das lutas, contribuindo tanto para seu avanço quanto para o remodelamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) das empresas. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, por seu turno, ampliou os programas de formação dos seus militantes, visando reforçar as habilidades destes para facilitar o processo de negociação dos acordos coletivos, dos quais originariam as futuras comissões de fábrica, cujos estatutos seriam registrados e arquivados na Delegacia Regional do Trabalho.

Com a intervenção naquele Sindicato, em julho de 1983, as articulações operário-sindicais se deslocam para o plano das fábricas. Dessa forma, as lutas autônomas dos grupos e comissões operárias sustentaram não só as demandas internas do "chão das

fábricas”, bem como garantiram a atuação sindical da diretoria cassada que desafiava o sindicalismo esvaziado do interventor. Reunidos em assembléias nas portas das fábricas ou em saídas de turnos, os operários decidiram testar o nível de resistência de suas organizações perante o patronato e o Estado. A partir de então, houve um crescimento significativo das greves por empresas, que reivindicavam abono de emergência, redução do ritmo da produção, através dos chamados movimentos “marcha lenta”, operação “corpo mole” ou greve “tartaruga”. Logo no início de 1985, os metalúrgicos inauguraram a campanha salarial reivindicando redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, reposição e aumento salarial, piso de carreira, reajuste trimestral e contra as horas-extras. Nesse ritmo, realizaram a greve “vaca brava”, na qual as paralisações por empresas sucederam-se de acordo com a importância ocupada por estas no ordenamento da cadeia produtiva. De tais ações, resultaram as conquistas que minimizaram a política de arrocho salarial do governo, sobretudo, na região do ABC, como relatou W. Keller (1986).

O caso comissão de fábrica dos operários da lochpe-Maxion — cujo processo de negociação, iniciado em abril de 1983, durou dezessete meses —, ilustra bem, tanto os embates travados por estes para assegurar a autonomia da sua organização em relação à direção da empresa, quanto as lutas pugnadas pelos metalúrgicos do ABC pelas suas organizações por locais de trabalho. Os depoimentos dos integrantes dessa comissão bem como falas de outras experiências similares, serviram para mostrar que esse ciclo de mobilizações, que se intensificou a partir de 1983, atingiu seu ápice em 1985. O patronato não tardou a reagir adotando medidas que sinalizavam aos trabalhadores para os limites daquele padrão de atuação, no plano das empresas.

A greve de 42 dias ocorrida na lochpe-Maxion, no início desse ano, demonstrou até onde a autonomia das comissões poderia chegar. “O movimento foi tranquilo até o trigésimo dia. A partir daí começamos a ter problemas. “A empresa começou a pressionar os trabalhadores, convocando-os para retomarem ao trabalho e avisou que ia fazer demissões” (cf. depoimento de Luiz Rodrigues ao autor, em 24 de outubro de 1993). “A empresa passou a publicar as listagens dos demitidos, ou então, fazia terrorismo [...] E nessas listagens, a empresa começou a demitir justamente aqueles militantes mais aguerridos [...] Ela mapeou aqueles que estavam junto com a gente,

que eram envolvidos com o meio sindical e tinham consciência do que estavam fazendo. A partir daí, a empresa demitiu por justa causa todos os que estavam em volta da comissão de fábrica e da Cipa” (cf. depoimento de José Carlos R. B. Carmona ao autor, em 02.12.1993).

A partir de então, a correlação de forças tenderia a se debilitar em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Até 1988, as empresas de ponta reorganizaram-se em busca de melhores níveis de produtividade. Implantaram just-in-time, kan-ban, mini-fábricas e adotaram novas tecnologias produtivas e sociais (cf. Leite, 1994). As comissões de fábricas persistiram e lograram um relativo controle sobre as condições de trabalho, apesar das dificuldades que passaram a arcar em virtude da política de recursos humanos que, por um lado, reprimia os trabalhadores no “chão das fábricas” e, por outro, os assediava em palestras sobre as novas filosofias empresariais. Desfalcadas dos grupos que lhe davam suporte e sem condições de refazer o trabalho de base, as comissões foram, aos poucos, ausentando-se do dia-a-dia da produção, que passou a ser controlado pelas gerências industriais.

3. Considerações Finais

Essas mudanças apenas prenunciaram a reestruturação produtiva, as novas tecnologias e as novas formas de gestão social que se intensificaram com a chegada da década de 90, revelando a supremacia do mercado na fase atual do processo de acumulação capitalista e a importância dos governos nacionais no sentido de criar as condições institucionais para pleno desenvolvimento da nova ordem. Isto implica uma substancial alteração nas condições de produção, tocando em cheio a qualificação profissional, as normas empregatícias, os níveis de remuneração e de emprego.¹⁰

Mesmo que as comissões se mantivessem vigilantes no relativo controle sobre as novas condições de trabalho, a sua debilidade orgânica em relação à capacidade de inovar das empresas termina dificultando a sua ação no “chão das fábricas”. As palavras de Paulo Vicentine, um dos coordenadores da comissão de fábrica da Atlas-

¹⁰ Sobre esses assuntos ver Martins & Ramalho (1994), Oliveira & Mattoso (1996), Oliveira et al. (1994), Leite (1996) e Mattoso (1996).

Copco, ilustram bem o impasse então vivido por essas organizações: “Logo no início do Plano Collor começa o desmonte da fábrica, processos de dispensa que a gente conseguiu reverter para voluntariado e, dentro desse voluntariado, a gente tentou conseguir o máximo de benefícios para os trabalhadores que iam sair. A empresa impôs à própria Comissão de Fábrica uma redução da jornada com redução de salários, que tivemos de propor aos trabalhadores. Afastou 120 ou 130 companheiros, boa parte desses do Grupo de Fábrica, e aí fomos ao Sindicato, fizemos uma assembléia e tivemos de trocar a saída desses trabalhadores por redução da jornada com redução dos salários” (Entrevista concedida ao autor, em 17.11.93).

No plano sindical, “as palavras de Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), presidente da CUT, são paradigmáticas dessa nova fase. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* (7/02/93), sob o título sugestivo de ‘A luta agora é pelo novo’, expressa sua preocupação com ‘o desafio de buscar o novo, uma visão que não existia na época do Lula. O novo é a reestruturação da produção [...], a questão da tecnologia, qualidade, produtividade, participação nos lucros [...] Nós continuamos capazes de fazer greve, mas de maneira inteligente [...]’” (cf. Ramalho, 1995:128).

Nesta circunstância, a novidade inibe as lutas de resistência, manietando-as. No limite, semelhantes experiências se exaurem, ou por motivo de demissão de seus membros, fechamento, “desmonte”, ou ainda, devido a transferência de domicílio das empresas. Entre fins de 1995 e o primeiro semestre de 1996 foram extintas as comissões de fábrica dos operários da lochpe-Maxion – que ilustrou este estudo –, da Van Leer e da Brosol. No caso da Atlas-Copco, a transferência da fábrica de Diadema para o município de Barueri, situado na Grande São Paulo, implicou dificuldades para manter o mesmo padrão de atuação, devido a influência do sindicalismo de resultados característico da Força Sindical naquela praça. Em todos estes casos, trata-se de empresas de porte médio. Por outro lado, mantinham-se até então atuando as comissões de fábrica das seguintes empresas: Ford, Mercedes-Benz, Saab-Scania, Volkswagen, Seco Tools, Metal Leve, Multibrás, Carfriz, Cofap SBC e Sachs.

O atual processo de reestruturação impõe aos trabalhadores as

condições de existência das suas organizações. Por representar um maior contingente de operários e pertencer ao setor industrial mais dinâmico, as comissões de trabalho das montadoras, cujo nível de institucionalização é maior, além de serem mais estáveis, exercem uma grande influência no espaço sindical. Quanto às comissões menores, a sua vulnerabilidade salta aos olhos. Diante da rapidez do processo de flexibilização das estruturas empresariais e governamentais e dos desafios atualmente colocados para o sindicalismo brasileiro, é difícil fazer-se algum prognóstico sobre o futuro dessas comissões. Nunca se pode dizer qual será o seu destino.¹¹

4. Bibliografia

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate & Crítica*. São Paulo, n. 6, p. 49-74, jul. 1975.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

ANTUNES, Ricardo, NOGUEIRA, Arnaldo J.F.M. *O Que são Comissões de Fábrica?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

BERGER, Claude. *Marx, l'Association, l'Anti-Lénine: vers l'abolition du salariat*. Paris: Payot, 1974.

BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

BERNARDO, João. Autonomia nas Lutas Operárias. In: BRUNO, Lúcia, SECCARDO, Cleusa (coords.). *Organização, Trabalho e Tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986, p. 103-113.

¹¹ O quadro completo das lutas aqui esboçadas foi desenvolvido pelo autor in *Comissões de Fábrica: um claro enigma*. São Paulo: Entrelinha, 1997.

- BOITO JUNIOR, Armando (org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BRANT, Vinícius Caldeira. Da Resistência aos Movimentos Sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: SINGER, Paul, BRANT, Vinícius Caldeira (organizadores). *São Paulo, o Povo em Movimento*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 9-27.
- BRAUDEL, Fernand *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- BRITO, José Carlos Aguiar. *A Tomada da Ford: o nascimento do sindicato livre*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BRUNO, Lúcia. *O que é Autonomia Operária?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRUNO, Lúcia, SECARDO, Cleusa (coords.). *Organização, Trabalho e Tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.
- CARONE, Edgard. *A República Velha I: instituições e classes sociais*. 3. ed., rev. e aum. São Paulo: Difel, 1975.
- COSTA, Hélio da. *Em Busca da Memória: comissão de fábrica, partido e sindicato após-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *Empresários, Economistas e Perspectivas da Democratização no Brasil*. In: REIS, Fábio W. , O'DONNELL, Guillermo (orgs.). *A Democracia no Brasil: dilemas e perspectiva*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 256-281.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: SP, Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.
- FARIA, Hamilton José Barreto. *A Experiência Operária nos Anos de Resistência: a oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário, 1964-1978*. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1986; mimeo.

- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social: 1890-1920*. 3. ed. São Paulo, Difel, 1983.
- FLEURY, Maria Tereza Leme e FISCHER, Rosa Maria (orgs.). *Processo e Relações do Trabalho no Brasil: movimento sindical, comissão de fábrica, gestão e participação, o modelo japonês de organização da produção no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979.
- GOMES, Angela Maria de Castro. "A República Não-Oligárquica ao Liberalismo do Empresário" In: *História Econômica da Primeira República* Sérgio S. Silva e Tamás Szmrecsányi (organizadores). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996; pp. 91-102.
- KELLER, Wilma. *Os Processos de Negociação Coletiva e a Difusão das Comissões de Fábrica no Setor Metalmeccânico Paulista*. São Paulo: Cebrap, 1986 (Relatório de pesquisa).
- LEITE, Márcia de Paula. *O Futuro do Trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1994.
- LEITE, Márcia de Paula. A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional. In *Novos Estudos* CEBRAP, n. 45, julho 1996; pp.79-99.
- LOUREIRO, Maria Isabel. *Rosa Luxemburg: A recusa da alienação*, São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, 1991.
- MARONI, Amnéris. *A Disputa pelo Espaço da Fábrica. Movimento*. São Paulo: 1 a 7/12/80, p. 8.
- MARTINS, Heloísa H. de Souza, RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec/Cedi/Nets, 1994.
- MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1996.
- MODELO Volks de "co-gestão" (O). In: *Movimento*, 15 a 21/09/80; p. 11.

- MUNHOZ, Fábio Antonio. *Sindicalismo e Democracia Populista: a greve de 1957*. Cadernos CEDEC. São Paulo: Brasiliense, n. 2, p. 21-27, 1978.
- NORONHA, Eduardo. Explosão das greves na década de 80. In: BOITO JUNIOR, Armando (org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991a, p. 93-136.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso de, MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso de et al (orgs.). *O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final de século*. São Paulo: Scritta, 1994.
- PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PEDREIRA Fo, Valdemar Santos. *Comissões de Fábrica: um claro enigma*. São Paulo: Entrelinhas, 1977.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil: documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários (1889-1930)*.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil: dos anos 20 a 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RAMALHO, José Ricardo. Movimento sindical e política neoliberal. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 125-137.
- RANCIÈRE, Jacques. *O Desentendimento: filosofia e política*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- REIS, Fábio W. , O'DONNELL, Guillermo (orgs.). *A Democracia no Brasil: dilemas e perspectiva*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988.

- SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SILVA, Roque Aparecido da. Comissões de Fábrica e Autonomia dos Trabalhadores. In: FLEURY, Maria Tereza Leme, FISCHER, Rosa Maria (orgs.). *Processo e Relações do Trabalho no Brasil: movimento sindical, comissão de fábrica, gestão e participação, o modelo japonês de organização da produção no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985, p. 203-220.
- SILVA, Roque Aparecido da (org.). *Os Sindicatos e a Transição Democrática: o que pensam os interessados?* São Paulo: Ibrart, 1986.
- SILVA, Sergio S., SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.) *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*: São Paulo, Dominus, 1966.
- SINGER, Paul, BRANT, Vinicius Caldeira (organizadores). *São Paulo o Povo em Movimento*. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1983.
- STURMTHAL, Adolf. *Consejos Obreros*. Barcelona: Editorial Fontanella, 1971.
- TRAGTENBERG, Maurício. Rosa Luxemburg e a Crítica dos Fenômenos Burocráticos. In Loureiro, Maria Isabel. *Rosa Luxemburg: A recusa da alienação*, São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, 1991, p. 37-48.
- VIANNA, Luiz Wernick. *A Classe Operária e a Abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983.

